

4

Pelo retorno ao processo liberatório da mulher: a crítica de Judith Butler às estratégias de luta feminista e sua proposta para a retomada do poder constituinte

O capítulo que ora se inaugura terá como principal objeto de reflexão a construção teórica formulada por Judith Butler. Tal construção foi apresentada ao longo do capítulo inicial, em uma breve aproximação entre sua teoria e os recursos elaborados por Negri e Hardt que serviram de lente para a leitura do feminismo realizada no capítulo anterior. Porém, aquele não era ainda o momento de mergulhar nos atos performativos, tão densamente construídos pela autora a partir do exame e das críticas de algumas obras de pensadores como Foucault, Luce Irigaray, Julia Kristeva, Simone de Beauvoir, Freud, Lacan, entre outros¹²⁸. O objetivo do capítulo não será o de apresentar esses diálogos, somente se fazendo referência à perspectiva da autora sobre seus interlocutores quando necessário para melhor demonstrar a construção de sua teoria, mesmo porque, esses pensadores não foram objeto direto de análise ao longo da dissertação.

Até o presente momento, o trabalho versou sobre a exposição de construções teóricas no capítulo primeiro, como o poder constituinte, a multidão e a construção do plano de imanência na forma como Negri e Hardt herdaram e assumiram em suas obras, para que fosse elaborado um léxico a ser aplicado na análise das origens e desenvolvimento do(s) feminismo(s), ao longo do segundo capítulo. O capítulo anterior teve como abertura uma referência a Gilles Deleuze e Félix Guattari para que ficasse ainda mais nítida a diferença entre um projeto transcendental, na estrutura da arborescência, e um projeto da imanência, na estrutura rizomática, havendo inclusive a possibilidade dessas estruturas se abarcarem. As lutas do feminismo e entre os feminismos conseguem servir de

¹²⁸ Apesar de não ser objeto de análise específica da dissertação, é importante deixar claro que Judith Butler confronta as posições de Beauvoir e Irigaray sobre a condição da mulher. Beauvoir, ao longo do livro *O Segundo Sexo*, vai trabalhar com a concepção de Outro para caracterizar a condição da mulher. Já Irigaray entende que somente há um único sexo, o masculino, o sexo feminino não seria um sexo somente. Nesse sentido conferir: IRIGARAY, Luce. *Ce sexe qui n'en est pas un*. A produção do sexo na concepção de Foucault, tanto masculino quanto o feminino, a partir da regulação elaborada pelo poder, é relevante para o entendimento da obra da autora, uma vez que é a interpretação mais abordada por ela para fundar a sua teoria e a sua crítica acerca da formação do sujeito e do conceito de mulher.

exemplo, demonstrando como essas duas estruturas podem aparecer e serem interligadas. Além disso, foi interessante também para desfazer a mera contradição entre os diversos feminismos, na medida em que eles passam a ser percebidos como possíveis linhas de fuga, que podem surgir quando se instaura uma arborescência no movimento.

A partir de agora, o objetivo será o de analisar conceitos como *mulher*, *corpo* e *atos performativos* no interior do pensamento produzido por Butler, para que seja possível identificar na trajetória do movimento feminista já demonstrada o que pode ser considerado uma certa estagnação nas lutas feministas, ou, até mesmo, um “rumo equivocado”, nas palavras da francesa Elisabeth Badinter. O importante não é o mero apontamento de supostas falhas nas estratégias de lutas comumente adotadas não somente pelo feminismo, como também por outros movimentos de minorias, pois o recurso à Judith Butler obviamente vai além de suas críticas. Suas contribuições para o feminismo são propostas bastante interessantes para que a liberação da mulher seja retomada, sendo necessário até mesmo um reexame do próprio conceito de mulher para tal feito. A autora conseguiu projetar a sua teoria com a obra *Gender Trouble: feminism and subversion of identity*, em 1990, conforme já mencionado anteriormente. A discussão aqui apresentada se dará a partir desse marco, sendo também examinados outros escritos da autora que posteriormente visitaram novamente as idéias trabalhadas no livro e responderam a críticas realizadas aos atos performativos, para posteriormente realizar uma nova aproximação deles à multidão.

4.1

Os fundamentos da Teoria Queer: uma perspectiva inovadora sobre o feminismo

A estrutura da obra que funda a chamada Teoria *Queer* tem como pilares para as críticas elaboradas por ela alguns grandes temas: o problema do termo mulher e da utilização do sexo e do gênero como pontos centrais do feminismo e a estrutura heterossexual como paradigma do feminismo. O primeiro esforço será no sentido de expor cada um deles, para que no próximo momento sejam

apresentadas as possibilidades decorrentes dessas análises, a partir de outros trabalhos de Butler, que respondem a críticas tecidas a seu trabalho.

O primeiro alvo de Butler diz respeito à utilização da mulher como centro dos esforços do feminismo. A princípio, tal entendimento parece não fazer sentido, especialmente após realizar o trajeto do capítulo anterior e constatar que o termo “mulher” foi o que deu uma coesão ao movimento. Há ainda um problema profundo e conexo a esse colocado pela autora. A mulher foi considerada ao longo do desenvolvimento da teoria feminista o sujeito em busca da representação política, ressaltando que a autora entende ser contraditório o termo política com a representação¹²⁹. A pretensão ao defender a representação da mulher e sua constituição como sujeito político é a conquista de uma maior notoriedade e visibilidade. Porém, a possibilidade do sujeito protagonizar processos de liberação é colocada em xeque pela autora, afetando a representação que dele decorre.

A categoria denominada “mulher”, sujeito do feminismo, é produzida pela mesma estrutura da qual ela pretende se emancipar. A lei produz a noção de um sujeito anterior a ela, que tem como característica ser excludente, para ser representado no sistema jurídico e no sistema político e dar legitimidade a ela. Seguindo esse raciocínio típico do liberalismo e muito explorado nas teorias do contrato social, Butler¹³⁰ afirma que, se o feminismo trabalha com a concepção de um sujeito específico, a mulher, ele também trabalha com uma categoria excludente. A autora tece críticas ao conceito de sujeito, ressaltando que a crítica não serve para negá-lo ou demonstrar repúdio e sim para questionar o seu status como algo previamente estabelecido, como uma premissa¹³¹. A desconstrução do termo sujeito sugerida por Butler serve para abrir possibilidades de novos usos para o termo, usos subversivos. O sujeito é construído pelo poder a partir de diferenciações e exclusões realizadas por um aparato de repressão, o que não significa que ele seja determinado, uma vez que trata-se de um processo contínuo, sem que haja um fim. Por isso ele não pode ser um ponto de partida ou um

¹²⁹ O modelo da representação política é profundamente criticado por Antonio Negri, sendo considerado pelo autor um mecanismo de imposição severa de limites ao poder constituinte. Por esse motivo, a tradição de pensamento seguida por Negri considera como única forma de democracia a democracia absoluta, explicada de forma rápida em nota no primeiro capítulo. A crítica de Butler diz respeito à representação e também à própria concepção de sujeito, relacionado a essa representação.

¹³⁰ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 5.

produto, ele é sempre passível de ser trabalhado novamente. Eles não são um dado construído a priori. Nesse sentido, sempre há sujeitos politicamente insidiosos.

A utilização do termo “mulher” como sujeito do feminismo não gera menos controvérsia para a autora, na medida em que implica na presunção de uma identidade, cujo principal problema começou a ser apresentado no primeiro capítulo, a partir das considerações de Negri e de Hardt sobre a disputa ocorrida na modernidade. Categorizar alguém como mulher não é o suficiente, pois esse alguém vai muito além do gênero que lhe é previamente imputado. Primeiro pelo fato da abordagem acerca do próprio gênero e suas características variar no curso da história e de uma sociedade para outra, segundo por ser uma questão que se relaciona com outros temas, como raça, classe e opção sexual. Portanto, não faz sentido para a autora estabelecer uma fundamentação universal para o feminismo, ou para qualquer outro movimento de minorias. É inviável a defesa de uma identidade universal que ultrapasse as diversas barreiras culturais e faça frente a um único inimigo, configurado por uma forma de patriarcado igualmente universal, que sempre esteve presente.

Houve no decorrer do feminismo um empenho em traçar esse grande inimigo denominado patriarcado como ponto de partida para a luta das mulheres. O feminismo que seguiu por esse caminho foi acusado de fazer uso de mecanismos semelhantes aos do poder para colonizar regiões e culturas diferentes da Ocidental, contribuindo para o reforço da construção do Outro. A insistência em estabelecer um inimigo único implica na adoção da estratégia daquele que oprime, em vez de apresentar uma nova proposta. O problema dessa perspectiva é justamente abrir campo para esse tipo de crítica relativista. A universalização do patriarcado acaba reduzindo as distintas formas em que são estabelecidas a assimetria entre os gêneros nas culturas mais diversas, são configurações muito peculiares de dominação, e talvez não seja adequado equipará-las, como se todas fizessem parte da mesma estrutura de poder que recebe o nome de patriarcado.

Há também um outro problema instaurado, pois na medida em que se estabelece uma inevitabilidade do patriarcado ao longo da história como uma grande força que se opõe a essa identidade mulher, ele deixa de ser histórico e passa a ser um mecanismo de dominação inexorável, já que está presente há muito

¹³¹ BUTLER, J., *Contingent Foundations*, In BUTLER, J.; SCOTT, J. W. (ed.) *Feminists theorize*

tempo. Essa é uma forma de atribuir mais força e um maior grau de importância a ele¹³². Além disso, é necessário ter um cuidado ao se analisar teorias que defendem um matriarcado anterior ao patriarcado. Segundo Butler, o antes é sempre uma forma de se justificar interesses atuais ou futuros, com a estratégia de uma narrativa pré-histórica, seja ela feminista ou contrária ao feminismo. A partir do momento em que o feminismo recorre a uma feminilidade inata, genuína, ele deixa de dar um tratamento cultural às questões de gênero¹³³.

Como ressalta Butler, a doutrina do patriarcado universal foi deixada de lado, porém, o esforço de se forjar um conceito de mulher estável, que seja compartilhado de forma generalizada persistiu, fazendo com que a categoria mulher sofresse muitas resistências. Apesar de ter sido criada com o intuito de liberá-las, ela não consegue atingir seu objetivo. A identidade feminina compartilhada por todas as mulheres bem como a opressão masculina à qual todas estão submetidas esquece a importância de outras formas de dominação. Não se pode determinar um grau de importância ou uma fonte primária entre a opressão de sexo, classe, raça, opção sexual ou qualquer outra, na medida em que há interseção entre elas, tendo muitas aparecido ao longo do capítulo anterior. Por esse motivo, torna-se necessário realizar críticas às identidades em geral, que levam ao processo de naturalização e imobilizam os movimentos, para que o feminismo possa ressurgir fundado em pilares diferentes e se liberte da obrigação de construir uma única identidade, um modelo de mulher que exclua as demais.

Costuma-se entender que a unidade é necessária para haver ações políticas e, por isso, ela deveria ser estabelecida como um requisito prévio para as mobilizações. Deve-se pensar sobre que espécie de ação política exige tal unidade, uma vez que as divergências e as fragmentações fazem parte do processo de democratização. Sendo assim, as contradições deixam de ser um impedimento para as ações políticas. A própria preocupação com o diálogo deve ser repensada, pois ela também decorre de condições históricas. Esse reconhecimento implica em realizar considerações acerca da eficácia do diálogo, uma vez que enquanto uma

the political, p. 9.

¹³² Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 45.

¹³³ *Ibid.*, p. 46. Pode-se reforçar essa consideração da autora acerca de uma narrativa pré-histórica retomando as críticas feitas ao contratualismo no capítulo anterior a partir da teoria de Carole Pateman, quando menciona que a estratégia contratualista, apesar de ter um discurso aparente de uma teoria da liberdade, na verdade serve para justificar a dominação existente na sociedade.

das partes pensa estar havendo uma conversa, a outra parte pode ter certeza dessa impossibilidade.

O tema foi abordado anteriormente ao se analisar a disputa que ocorre entre dois sensíveis, um em que os plebeus falam e outro em que não falam, trabalhada a partir de Rancière. Porém, coube lembrar o tema por ser considerado importante para a perspectiva de democracia da autora. O modelo cunhado a partir do diálogo corre o risco de cair na armadilha liberal, que entende que todos que falam têm exatamente o mesmo lugar no poder e partilham uma mesma concepção de consenso e de unidade. A autora coloca que há relações de poder por trás desse mecanismo impondo limites ao diálogo. O termo mulher não precisa ganhar uma unidade, uma identidade para que seja considerado completo. Ele não necessita ser preenchido, expressar uma raça, uma classe ou uma opção sexual. Ao contrário, quanto mais incompleto ele for, maior será a possibilidade dele ser aberto às mais variadas formas de contestação. A unidade e a identidade passam a ser indesejadas como pressuposto e forma específica para as ações políticas. As identidades passam a ser constituídas e dissolvidas segundo as necessidades de cada ação ou prática política que leva à sua formação. Elas em si mesmas são vazias de conteúdo.

A diferença realizada tradicionalmente entre sexo e gênero ainda reforça uma solidariedade e uma aparente identidade entre as mulheres. O sexo, nesse sentido, é compreendido como um fator biológico, enquanto que o gênero é construído pela cultura, é a cultura que o corpo sexuado toma para si. Essa teoria feminista sugere que há uma distância entre os corpos sexuados e a cultura que funda os gêneros. O sexo seria anterior à lei, decorrente da natureza e indeterminado tanto pela política quanto pela cultura, já o gênero seria a subordinação social instaurada sobre ele. Uma fêmea passaria a ser uma mulher, categoria subordinada pela cultura. Haveria, portanto, a possibilidade da construção de um homem não ocorrer somente em um corpo masculino, assim como a mulher não necessariamente ser interpretada por um corpo de uma fêmea? Dificilmente essa hipótese seria cogitada pelo poder, mostrando que o próprio sexo é fruto de uma construção cultural, que atribui características próprias e habilidades específicas a cada um. Uma outra questão que aparece nessa discussão diz respeito à forma como o sexo e o gênero são atribuídos, como a dualidade entre os sexos foi instaurada. A naturalidade do sexo, envolvendo anatomia,

hormônios e cromossomos tem uma história e Butler ressalta que ela foi construída por um discurso científico e atende a interesses sociais e políticos¹³⁴. A característica de imutabilidade do sexo em oposição ao gênero, tipicamente cultural, é colocada em xeque, passando a ser uma construção tão cultural como ele. Na verdade, a criação do gênero foi a forma pela qual o poder conseguiu naturalizar o sexo, o colocando em uma posição anterior à cultura.

A autora questiona, a partir da diferença entre sexo e gênero amplamente aceita no feminismo, se o gênero como resultado de uma construção cultural poderia ser constituído de outra forma, se seria viável uma ruptura, uma transformação ou se ele está atrelado a um determinismo social. A noção de que o gênero é construído pela cultura e imposto sobre um corpo passivo, que somente se diferencia pela anatomia, também torna o gênero algo inexorável, com uma diferença em relação ao sexo, pois no caso, o destino não é imposto pela biologia, e sim pela cultura. O corpo fica restrito à mera passividade, sendo o local onde a cultura atribui seus significados de acordo com aquilo considerado mais apropriado. A autora ressalta, no entanto, que o corpo em si é uma construção, não possuindo qualquer significado que seja anterior à atribuição do gênero¹³⁵. A idéia de que o sexo é anterior, inerente aos corpos, é fruto da construção do gênero, produzido pela cultura.

A identidade não é uma descrição da realidade, de uma condição específica, ela é uma imposição normativa, um mecanismo responsável por garantir a perpetuação do sexo e do gênero de uma forma bastante estável. As práticas que regulamentam o sexo ditam uma suposta verdade sobre ele e sobre o gênero para formar identidades que sejam coerentes. Nesse sentido, a fundação do desejo heterossexual exige uma relação de oposição, e discretamente assimétrica, entre o feminino e o masculino, criações culturais para atribuir determinadas características aos machos e às fêmeas como inatas. Esse modelo serve para medir quais identidades existem e quais não devem existir, impondo regras e significados para as formas de sexualidade. A heterossexualidade entendida como algo natural e compulsório no ser humano induz a uma sexualidade dual, na qual

¹³⁴ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 10.

¹³⁵ “Sometimes they forget that the body comes in genders”. Id., *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*, p. ix

masculino e feminino se diferenciam e se desejam, conectando os termos sexo, gênero e desejo.

Porém, as anomalias insistem em deixar claro que há limites na regulamentação, que a identidade estabelecida para a imposição do gênero não é suficiente para fazer com que haja uma obediência ampla às normas sobre gênero e sexualidade. As subversões produzidas por elas provocam uma desordem no gênero. As tentativas de se regulamentar o sexo a partir de um sistema baseado no dualismo se prestam a frear a subversão da multiplicidade na sexualidade, que afetam não somente o paradigma heterossexual, como o médico e o reprodutivo, uma combinação entre os ideais sociais hegemônicos e os impostos pela Igreja Católica.

É importante ressaltar que a identidade não somente garante a perpetuação, como também depende dessa estabilidade para continuar existindo, caso contrário sua estrutura é abalada. Tal hipótese acontece nos momentos em que alguns aparentam um determinado sexo, mas não se conformam às regras culturais atribuídas a eles. Os exemplos, nesse caso, são obviamente os homoafetivos e são também mulheres e homens heterossexuais que de qualquer forma questionem os papéis atribuídos a cada um deles de forma determinista pela identidade, pelos modelos masculino e feminino, como no caso das mulheres nos períodos das Grandes Guerras, que ingressaram no mercado de trabalho em virtude de uma necessidade social e que se recusaram a devolver seus postos aos homens no final das batalhas. Outra questão é a luta para que as atribuições com a família e com a casa sejam compartilhadas por ambos. Essas hipóteses, bem como outras trabalhadas pelo movimento feminista, são alguns exemplos de combate ao paradigma tradicional de família e, por conseqüência, à identidade, aos modelos de homem e mulher¹³⁶.

Sexo e gênero, assim como o sujeito, não existem em um formato prévio, não são um dado ao contrário do que se tenta estrategicamente com a criação da

¹³⁶ A autora recebeu muitas críticas após o lançamento da obra que deu origem à Teoria *Queer* em virtude de confusões em sua interpretação. Butler afirma que *Gender Trouble* decorreu mais de sua experiência como militante do que de sua experiência como acadêmica. A autora tinha como um dos principais alvos o modelo heterossexual que vigorava como paradigma do feminismo. Porém, sua construção teórica não abarca somente o comportamento homoafetivo como única fonte de subversão, ao contrário, seu esforço foi justamente mostrar que os homossexuais são também fonte de subversão. Em nenhum momento a autora afirma que a única saída para romper o modelo

identidade, eles são constituídos ininterruptamente com a performatividade sob a incidência dos processos regulatórios para impor a coerência estabelecida pela cultura no que diz respeito a sexo e gênero. O gênero é performativo, pois constrói a identidade que lhe é proposta. Essa construção permanente não é protagonizada por um sujeito preexistente, já que o próprio sujeito também não é nunca concluído. Como afirma Butler, “There is no gender identity behind the expressions of gender; that identity is performatively constituted by the very expressions that are said to be its results”¹³⁷. Se o gênero é algo construído de forma permanente pelo poder a partir de práticas regulatórias e de repetição que impõem uniformidade no comportamento, resta saber como seriam as repetições subversivas, que podem problematizar a identidade forjada para a regulamentação da sexualidade. Sem dúvida, as relações de poder estabelecidas pelas ciências biológicas, como ressalta a autora, são bastante fortes na definição e naturalização das identidades e diferenças e a ruptura desse aparato não será fácil¹³⁸.

Tornar-se parte de um gênero é um processo de naturalização, em que os prazeres do corpo são diferenciados de acordo com os significados impostos a partir dos paradigmas de gênero. Esses prazeres são atribuídos a corpos que já foram construídos de acordo com as especificidades do gênero. Algumas partes do corpo, para Butler, são válidas para o prazer, enquanto outras não, com fundamento nas regras estabelecidas pelas identidades heterossexuais. Os prazeres que sobreviverão ou que serão tomados como impossíveis serão selecionados a partir desse mecanismo de legitimação deles em relação ao corpo. O corpo é sempre alvo de construções do imaginário. Por esse motivo, a autora afirma que ele somente pode ser conhecido e compreendido levando em consideração a outra fantasia instaurada pela cultura, ou seja, aquela que se funda no “real”, lembrando que os limites do real se constituem a partir do paradigma da heterossexualidade. Há uma crença de que o desejo ocorre a partir da realidade de partes do corpo, de

dominante é se transformar em lésbica ou gay, como faz a teoria de Monique Wittig, criticada por Judith Butler. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 154.

¹³⁷ “Não existe identidade de gênero por trás das expressões de gênero; aquela identidade é constituída performativamente pelas expressões que são compreendidas como seus resultados. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 33.

¹³⁸ Foi visto ao longo do capítulo anterior um esforço na trajetória histórica para traçar um perfil de mulher voltado para a esfera doméstica, para os cuidados com a família, com os filhos e sua honra. A preocupação com a naturalização dessa perspectiva foi bastante forte. Porém, tanto não é um aspecto natural da mulher, que já no início da Idade Média havia resistência. Além disso, se fosse

uma suposta literalidade dos órgãos sexuais feminino e masculino, da inexorabilidade da anatomia, que dita a união e o desejo natural entre os sexos¹³⁹. A crítica elaborada por Butler a essa concepção anatômica do desejo constata um grande limite imposto ao prazer. A homossexualidade é interpretada como ilegítima.

Colocadas as principais questões em relação ao modelo de heterossexualidade e suas implicações na homossexualidade, cabe ainda fazer uma análise breve acerca da representação da maternidade, uma vez que no capítulo anterior o feminismo de origem maternal foi abordado como uma das principais correntes da primeira onda. Obviamente, é difícil e até mesmo impreciso realizar uma associação direta entre essa primeira onda e a teoria de Kristeva, especialmente após Butler esclarecer que essa autora parte de premissas da psicanálise, precisamente lacaniana, para realizar o seu percurso de uma possível subversão feminina da lei paterna. Porém, é o momento em que o corpo materno retorna ao centro do trabalho.

Butler aborda e critica a concepção acerca da maternidade e sua relevância para a mulher a partir da teoria de Kristeva, considerando que a última trabalha com uma concepção de corpo materno anterior ao discurso. O corpo materno para ela é um dado prévio no qual a cultura se fundamenta e elabora todos os significados a partir dele. Ele seria a própria causa do discurso, seu ponto de partida, em outras palavras, a origem implícita de toda a cultura. Porém, para Judith Butler essa anterioridade não é possível. Retomando o argumento de Foucault, Butler afirma que a defesa da anterioridade do corpo materno não passa de uma estratégia para que as relações de poder que produzem esse corpo se ampliem, forjando uma origem fora delas. Na verdade, na concepção de Butler, o corpo materno é uma consequência do sistema responsável pela regulamentação da sexualidade, que compreende o corpo da mulher como algo talhado para a maternidade, como sendo esta a sua essência, o seu destino e o seu maior desejo¹⁴⁰.

natural, não haveria necessidade da construção de todo um aparato de controle para garantir o desenvolvimento da mulher de acordo com o ideal identitário constituído pela cultura.

¹³⁹ Cf. BUTLER, Judith, *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 90.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 117 et. seq.

Não é tão simples defender essa compreensão acerca da maternidade e, nesse aspecto, as críticas de Butler são bastante pertinentes. Para chegar a essa conclusão, basta retornar ao capítulo anterior e perceber que a maternidade estava longe de ser a essência da mulher. Foi demonstrado que as mulheres que fugiam de suas famílias na Idade Média para os conventos, por exemplo, o faziam justamente por não estarem satisfeitas com a proposta da vida conjugal e familiar daquela época. Os conventos eram mais atrativos, especialmente no primeiro momento, em que os mosteiros eram mistos e muitos controlados por mulheres, que administravam cidades próximas a eles e que podiam pregar da mesma forma que os homens. Muitas deixavam até mesmo sua própria família, seus filhos para a dedicação à vida religiosa. Assim, foram demonstradas no capítulo, nas origens do(s) feminismo(s), grandes disputas sobre formas de vida alternativas às que insistiam em apresentar como padrão às mulheres de acordo com as especificidades de cada momento. Recuperando um argumento anterior, se fosse efetivamente parte de uma suposta essência feminina, não haveria necessidade de todo um aparato de poder, inclusive no que se refere às propostas posteriores de educação das mulheres, especialmente fundadas na teoria de Rousseau, com o objetivo de naturalizar determinados valores e reprimindo lutas contrárias a eles.

Foucault é sem dúvida uma das maiores influências no desenvolvimento do pensamento de Butler. Porém, a autora também realiza críticas em relação a Foucault, especialmente comparando a estrutura do primeiro volume da História da Sexualidade com o caso Herculine Barbin, que, para a autora, apresentam-se como textos contraditórios. A sexualidade em Foucault está tomada pelo poder. Sendo assim, não se pode conceber uma sexualidade anterior ou posterior à lei. Esse foi o raciocínio que estruturou as críticas elaboradas por Butler apresentadas até o momento.

A hermafrodita francesa Herculine foi classificada como pertencente ao sexo feminino ao nascer. Após consultar inúmeros médicos e conversar com padres sobre seu caso, ela foi autorizada a trocar a classificação de seu sexo por masculino, em um zelo para que o verdadeiro sexo acabasse prevalecendo na situação. Foucault questiona a suposta necessidade de se ter um sexo verdadeiro definido para Herculine. Butler aponta que, a princípio, Foucault parece compatibilizar sua análise do caso Herculine com as estruturas de poder que elaboram constantemente a sexualidade. Porém, ela pensa que a análise de

Foucault sobre Herculine desconsidera completamente as relações de poder que irão originar e condenar a sua sexualidade. Para Butler, ele dá um tom romântico ao mundo de Herculine, como se ela ou ele vivesse uma experiência de sexualidade livre da estratégia das identidades¹⁴¹.

Ao longo do livro *História da Sexualidade: a vontade de saber*, a construção do sexo é retratada como algo produzido com o intuito de regular e exercer um controle sobre a sexualidade. Além disso, ela atende a outro interesse, qual seja, o de unificar de forma artificial uma diversidade de funções sexuais que não possuem qualquer relação a priori. Por último, há um discurso em que o sexo é colocado em uma posição inicial, uma essência da qual derivam os diferentes desejos, as sensações e os prazeres, todos eles partindo de um sexo determinado. Os prazeres sexuais são, dessa forma, compreendidos de acordo com cada sexo. Objetivando combater a estratégia da utilização do sexo como essência, como causa da sexualidade, o autor aborda o sexo utilizando uma outra perspectiva, na qual ele é consequência e não origem. A sexualidade, na verdade, é para ele um sistema histórico de grande complexidade no que se refere ao envolvimento das estruturas de poder para sua elaboração e cuja função é estabelecer o sexo, ou seja, uma identidade, para que as relações de poder consigam se perpetuar. Na medida em que o sexo ganha um caráter de essência, ele passa a ser intangível, ficando fora do alcance das relações de poder e, por isso, distante das disputas que ocorrem entre essas forças. Por esse motivo, as análises que são feitas sobre a sexualidade acabam incidindo no sexo como sua origem e o sexo encerra a discussão, por ser a origem ou a causa da sexualidade.

To be sexed, for Foucault, is to be subjected to a set of social regulations, to have the law that directs those regulations reside both as the formative principal of one's sex, gender, pleasures, and desires and as the hermeneutic principle of self-interpretation. The category of sex is thus inevitably regulative, and any analysis which makes that category presuppositional uncritically extends and further legitimates that regulative strategy as a power/knowledge regime¹⁴².

¹⁴¹ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 120.

¹⁴² Ser sexuado, para Foucault, é estar sujeito a uma série de regulações sociais, ter a lei que conduz aquelas regulações consiste em ambos como o princípio formativo do sexo, gênero, prazeres, e desejos e como o princípio hermenêutico de auto-interpretação. A categoria do sexo é deste modo inevitavelmente regulativa, e qualquer análise que faça dessa categoria uma pressuposição sem crítica estende e promove a legitimação da estratégia regulativa do regime de poder/saber. *Ibid.*, p. 122.

O caso de Herculine é percebido por Foucault de uma forma diferente, pois o autor irá se esforçar para demonstrar como um corpo hermafrodita, com o sexo indefinido, pode seguir em sentido contrário à regulação. A impossibilidade de se determinar um sexo específico implica em uma possibilidade de fazer desaparecer todos os significados que são atribuídos ao corpo a partir do modelo binário de identidade dos sexos. Os prazeres para Herculine não estariam restritos ao sexo, não decorreriam dele. Nesse sentido, pode ser vislumbrado em Foucault um processo de emancipação que, para Butler, não fica claro na História da Sexualidade. Sendo assim, ela reconhece nele um momento em que o sexo resulta em uma multiplicidade sexual primária.

A contradição apontada por Butler em Foucault é exposta através de Herculine, na medida em que a avaliação dele da história da hermafrodita traz um viés emancipatório, de liberdade sexual, que não parece ser possível, ou pelo menos facilmente detectado na História da Sexualidade. A narrativa da vida de Herculine deixa claro que ela passou por um grande período de insatisfação, o que é compreensível. Desde cedo ela se sentia diferente das demais meninas. Na publicação que Foucault faz sobre o caso com base nos boletins médicos não há qualquer dado que possibilite afirmar que Herculine fizesse referência expressa e direta à sua anatomia, apesar de ter dito aos médicos que tinha algo entre um pequeno pênis e um clitóris grande. Além disso, os médicos disseram não haver vagina e qualquer sinal de seios. Herculine se considerava um grande erro da natureza, se sentia sem um lugar na sociedade e, por isso, era muito solitária e com um desejo que considerava insaciável.

Todas essas condições pelas quais Herculine passa a levam a uma fúria muito grande em relação aos homens, apesar dela assumir essa identidade na sua relação com sua amante Sara, e em sua relação com o mundo, que irá culminar com seu suicídio. Por esse motivo, é muito difícil reconhecer em seu caso uma sexualidade exercida de forma plena, sem a interferência do poder, da identidade. Sua sexualidade não está fora da lei, ela simplesmente diz respeito a uma sexualidade ambivalente, segundo os parâmetros das normas.

Herculine narra desde suas relações com as meninas de seu colégio até seu envolvimento já na fase adulta com Sara. Em razão da culpa que sentiu e do seu estranhamento genital, ela procurou um médico e um padre para contar seu segredo e conversar sobre sua condição e sua forma de vida. Após essa confissão

ser feita, ela foi obrigada a deixar Sara. As autoridades concedem a ela uma transformação legal que a faz homem. Sendo assim, Herculine foi obrigada a utilizar roupas de homem e começou a ter as obrigações e também os direitos que aos homens eram concedidos pela sociedade. Pode-se alegar que antes de virar homem, Herculine conseguia viver livremente seus prazeres sem a regulamentação que decorre das categorias estabelecidas a partir do sexo.

Porém, essa perspectiva tão radicalmente subversiva da sexualidade de Herculine não parece ser a mais adequada para Butler. A questão pertinente, nesse sentido, é acerca das práticas sociais que levariam a esse tipo de sexualidade. Sendo assim, cabe uma reflexão sobre a capacidade produtiva do poder, os mecanismos pelos quais os sujeitos são produzidos e subjugados ao mesmo tempo e como se realizou a produção da sexualidade no caso específico de Herculine, como, por exemplo, as convenções sobre a homossexualidade feminina, que incidiram em sua vida. Herculine teve uma educação considerada muito adequada para uma jovem de sua época, leu romances clássicos e seus estudos religiosos fundados no Cristianismo também foram fortemente estimulados. Por esse motivo, Butler acredita ser bastante difícil considerar para ela uma sexualidade livre de qualquer investimento realizado pelas normas instituídas a partir do sexo, como se ela fosse dotada de uma sexualidade anterior à norma.

Há ainda um outro risco na análise do caso de Herculine, que diz respeito a uma interpretação fundada na fatalidade da biologia. Nessa hipótese, o interesse de Herculine em mulheres bem como a ausência de uma característica “típica” de mulher e uma manifestação ainda que imperfeita de uma característica masculina para esse contexto poderia indicar que, na verdade, os fatores genéticos, as manifestações biológicas e hormonais possuem uma grande relevância, definindo sim o sexo correspondente. Dessa forma, Herculine manifestaria o sexo masculino de forma predominante sobre o feminino, explicando o seu interesse por mulheres. Esse é um mecanismo de se justificar o modelo heterossexual de desejo e de relações sexuais. O que dificulta fazer a relação entre o seu sexo e o seu desejo é justamente o fato de ser hermafrodita. Por isso, ela associa seu corpo com as transgressões que ela comete no que se refere à sexualidade, em uma relação de causalidade entre o corpo e a sexualidade. A estrutura da essência não está, portanto, afastada, apesar de ser uma essência diferente da “natural”. Foucault

identifica no caso uma multiplicidade, ao invés da unidade instituída pelo sexo. Porém, as interdições as quais Herculine está submetida a levam ao suicídio.

A anatomia do corpo de Herculine não é algo fora das categorias de sexo, ao contrário, ela está inserida nessas categorias, mas causa confusão nelas pelas distribuições feitas entre os atributos masculinos e femininos. Ela pode ser interpretada de forma subversiva não por estar fora dos parâmetros masculino e feminino, e sim por demonstrar que o sexo não decorre de fatores estritamente biológicos aos quais os atributos correspondentes irão necessariamente aderir. A condição de Herculine coloca em xeque a própria separação entre a heterossexualidade e a homossexualidade, pois os parâmetros aos quais os dois são atribuídos, nesse caso, se confundem. Nesse sentido,

(...) the law is not simply a cultural imposition on an otherwise natural heterogeneity; the law requires conformity to its own notion of “nature” and gains its legitimacy through the binary and asymmetrical naturalization of bodies in which the Phallus, though clearly not identical with the penis, nevertheless deploys the penis as its naturalized instrument and sign.

Herculine’s pleasures and desires are in no way the bucolic innocence that thrives and proliferates prior to the imposition of a juridical law. Neither does s/he fully fall outside the signifying economy of masculinity. S/he is “outside” the law, but the law maintains this “outside” within itself. In effect, s/he embodies the law, not as an entitled subject, but as an enacted testimony to the law’s uncanny capacity to produce only those rebellions that it can guarantee will – out of fidelity – defeat themselves and those subjects who, utterly subjected, have no choice but to reiterate the law of their genesis¹⁴³.

Superada a discussão realizada por Butler a partir do confronto entre as duas obras de Foucault, ainda é necessário ingressar brevemente na discussão sobre sexo e gênero que a autora estabelece a partir das leituras de Simone de Beauvoir e Monique Wittig, pois muito do que ela pensa sobre o tema, ela herda desse embate entre as duas escritoras. Simone de Beauvoir cunhou uma frase

¹⁴³ A lei não é simplesmente uma imposição cultural sobre uma heterogeneidade natural diferente; a lei requer conformidade com sua própria noção de “natureza” e conquista sua legitimidade através da naturalização dos corpos binária e assimétrica no qual o Falo, ainda que claramente não idêntico ao pênis, entretanto o organiza como seu instrumento e sinal naturalizado.

Os prazeres e desejos de Herculine não são de forma alguma a inocência bucólica que floresce e prolifera de forma prévia à imposição de uma norma jurídica. Tampouco ela/e cai completamente fora da organização significante da masculinidade. Ela/e está “fora” da lei, mas a lei mantém esse “fora” em seu interior. Com efeito, ela/e incorpora a lei, não como um sujeito determinado, mas como uma testemunha decretada da capacidade nefasta da lei de produzir somente aquelas rebeliões que podem garantir o desejo – fora da fidelidade – derrotá-las a si próprias e aqueles sujeitos que, completamente subjugados, não possuem escolha a não ser reiterar a lei de suas gêneses. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 135.

constantemente utilizada por feministas das mais diversas correntes: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Butler afirma que Wittig se apropria dessa frase como ponto de partida para retomar a discussão sobre sexo e gênero e enfrentar a tão conhecida posição de Beauvoir.

A concepção de Beauvoir sobre a mulher foi amplamente divulgada e é praticamente impossível desconhecer que ela entende essa categoria como decorrente da cultura e variável conforme ela se transforma. Para ela, não se nasce com um gênero específico, ele é adquirido ao longo do desenvolvimento humano. Porém, o sexo seria de outra ordem, da ordem da natureza. Se o gênero é adquirido, quando se faz referência ao sexo, faz-se referência a algo que já é atribuído no momento do nascimento, deixando de passar propriamente pela esfera da cultura. Nessa concepção, o sexo é um atributo típico do ser humano e é imutável.

O peculiar de sua teoria diz respeito à ruptura entre sexo e gênero, uma vez que este não necessariamente irá refletir aquele. O gênero é a esfera que depende e decorre da cultura, sendo, portanto, passível de modificação. Conforme já mencionado anteriormente nesse capítulo, seguindo essa argumentação, seria perfeitamente possível defender que a separação entre sexo e gênero permitiria que um gênero não fosse atribuído de forma vinculante a um determinado sexo, ou seja, a mulher não deveria ser a construção cultural inevitável sobre o corpo da fêmea. Gênero e sexo não corresponderiam, não estariam atrelados. Os gêneros poderiam ser os mais diversos, não estando atrelados ao modelo instaurado pelo dualismo, já que, ao contrário dos sexos, que são fixos, eles estão em constante atividade, podendo superar os limites do sexo.

Quando Wittig retoma a famosa frase de Beauvoir, ela constrói um caminho próprio, pois não é de ordem natural. Trata-se da utilização política de uma categoria da natureza para que seja imposta uma sexualidade necessariamente reprodutiva. O único motivo pelo qual o poder divide os seres humanos em masculino e feminino é para instaurar a heterossexualidade como um padrão de relacionamento. Portanto, o sexo aqui é necessariamente já categorizado pelo gênero. Butler afirma que o sexo para Wittig é naturalizado, mas não é algo natural. O interesse de Wittig a partir desse momento passa a ser diferenciar a mulher da lésbica, pois somente se constata a existência da mulher levando em consideração o dualismo que a opõe ao homem, com o paradigma da

heterossexualidade. Já a lésbica não é definida por uma oposição, não depende do dualismo para existir, na medida em que repudia a heterossexualidade. Ela estaria além das categorias instauradas pelo sexo, uma vez que deixou claro a partir de sua rejeição que essas são categorias construídas culturalmente. A lésbica desestabilizaria as categorias de sexo e gênero.

É importante ressaltar que Wittig entende somente haver um único sexo, o feminino. O masculino não é um sexo, uma vez que ser sexuado para ela é ser particularizado e o masculino é uma pessoa universal¹⁴⁴. A categoria sexo é produzida de forma discursiva e imprime significados que irão oprimir mulheres, gays e lésbicas. A proposta de Wittig é reorganizar, sem fazer uso do recurso instaurado pelo sexo, as descrições dos corpos e das diversas sexualidades, o que levaria, por exemplo, ao abandono dos pronomes que diferenciam, distribuem o direito ao discurso e regulamentam as diferenças de sexo. O sexo é aquilo que dá uma unidade artificial em determinados atributos que não possuem uma continuidade entre eles, uma relação prévia. A unidade é artificial porque, na realidade, a sua organização implica necessariamente em uma fragmentação do corpo e uma redução dele a determinadas partes para que o controle seja mais eficaz, realizado cada vez mais de perto e com maior fiscalização.

A estrutura heterossexual para Wittig foi criada historicamente como se fosse compulsória e sua função é atribuir direitos, dar autoridade e capacidade discursiva aos homens e inviabilizá-los para as mulheres. Ela é reproduzida performaticamente por não só por uma série de atos, mas também pela linguagem ao longo do tempo que produzem a realidade e aos poucos vão se transformando em fatos, ganhando uma aparência de inexorabilidade. No campo lingüístico, para Wittig, há duas possibilidades, sendo a primeira no sentido de para afirmar a universalidade no sentido de incluir pessoas e a segunda para a instituição de um sistema hierárquico, em que há pessoas eleitas para falar, capazes de discursar e outras que são não possuem autoridade para tal feito. Essa repetição produzida pela coletividade de caracterizar as diferenças sexuais acaba fazendo com que elas

¹⁴⁴ É interessante observar aqui uma aproximação entre Beauvoir e Wittig, pelo menos no que diz respeito ao ponto de partida. Beauvoir tem como questão central na introdução de *O Segundo Sexo* a comparação entre a condição da mulher e do homem, na medida em que as mulheres sempre se colocam como mulheres e se preocupam com a discussão do que é ser mulher, assim como os negros ou os judeus, cada grupo em sua condição. Os homens, ao contrário, não têm essa

ganhem um aspecto naturalizado. Denominar o sexo é um mecanismo de dominação, uma performance institucionalizada que se presta a criar e regular a realidade. Somos, portanto, todos induzidos a nos mantermos coerentes com a suposta natureza, quando, na verdade mulher e homem não passam de construções políticas com o objetivo de escravizar. A partir do reconhecimento desse problema, caberia às mulheres lutar para chegar à posição também de falantes, deixando a condição de produzir somente ruídos, nas palavras de Rancière e assumindo os direitos decorrentes dessa luta.

A língua tem um grande peso para Wittig, pois os conceitos e categorias estabelecidos por ela podem produzir uma violência física sobre os corpos de forma bastante intensa com a finalidade de impor os seus significados. Esse é um mecanismo muito utilizado nas mais diversas formas de opressão. A assimetria produzida pela língua identifica a capacidade de fala ao sujeito universal masculino. O falante feminino está, no máximo, restrito a uma fala particular. Esse mecanismo não pode ser compreendido como decorrente de forma direta da natureza, pois o homem não nasce já destinado ao universal enquanto a mulher nasce para o particular, esse mecanismo da língua garante que o universal seja apropriado constantemente pelo homem. Nesse sentido, para que as mulheres superem tal conjuntura pelo discurso, elas devem agir de forma coletiva e fora dos moldes impostos pelo parâmetro instituído pelo sexo, que lhes transforma em sujeitos relativos, particulares. Butler aponta que essa concepção implica em uma abordagem da língua como algo também decorrente de uma unidade existente entre os falantes como seres anteriores ao sexo e à língua.

Além desse problema, Butler ainda identifica em Wittig uma forte tendência em universalizar a heterossexualidade como um mesmo mecanismo de dominação comum em todas as sociedades, crítica semelhante à realizada ao feminismo que universalizou o patriarcado no mesmo grau nas sociedades mais diversas. Wittig critica a heterossexualidade por universalizar seus parâmetros, porém, ela incide na mesma estrutura de dominação alvo de suas críticas. Essa estrutura de seu pensamento a faz concluir, por exemplo, que há somente uma saída para a feminista: transformar-se em lésbica. Da mesma forma que Beauvoir escreve que ninguém nasce mulher, e sim torna-se mulher, Wittig irá entender que é

preocupação de se colocar como homens, não ficam discutindo o que significa ser homem, porque

necessário romper com o paradigma heterossexual e, para isso, em vez de tornar-se mulher, a transformação realizada por qualquer uma deve ser no sentido da homossexualidade para que seja subversiva.

A única saída que a autora vislumbra para o movimento feminista tanto no aspecto social quanto no político é a homoafetividade, em um processo de “lesbianização” do mundo. Ela não está interessada em tratar dos direitos das mulheres e das lésbicas e sim em frear a heterossexualidade já globalizada, impondo suas novas categorias em todos os campos, inclusive no campo lingüístico. O problema apontado por Butler diz respeito à separação que essa teoria de Wittig cria dentro do feminismo, na medida em que exclui aquelas que são heterossexuais. Sendo a única forma de subverter a ordem heterossexual a transformação em lésbica, o que iria impedir que esta também se tornasse uma categoria tão compulsória quanto a estabelecida pela heterossexualidade? É nesse sentido que Butler afirma ser inviável essa conclusão de Wittig, pois seria também um mecanismo que promoveria a exclusão de um segmento social¹⁴⁵. Apesar da heterossexualidade ser tratada como presumida no que se refere às questões de relacionamento, isso não significa que todos aqueles que são heterossexuais são necessariamente determinados.

Wittig funda um novo dualismo ao colocar uma grande ênfase na separação entre heterossexuais e homossexuais. Além disso, podem existir questões nos relacionamentos homossexuais que são semelhantes aos heterossexuais. Não há diferença, por exemplo, se em um relacionamento homoafetivo uma lésbica reproduz o comportamento padrão de um homem em relação à sua parceira no que se refere à dominação de um gênero sobre o outro. Há, nesse caso, uma reprodução de um mecanismo de poder nesse relacionamento dos estabelecidos pela heterossexualidade.

É claro que nos relacionamentos homossexuais esses padrões não são necessários, ao contrário, em geral uma lésbica não deseja nem um corpo feminino fora de contexto nem uma identidade masculinizada, ainda que seja discreta, ela irá querer a desestabilização de ambos, nas palavras de Butler¹⁴⁶. Nesse sentido, elas podem até mesmo retomar o esquema das relações

é a partir desse paradigma universal que as outras categorias serão elaboradas.

¹⁴⁵ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 162.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 156.

heterossexuais, porém, ao mesmo tempo, deslocá-las, dando-lhes um outro sentido. Há também outros mecanismos de poder que constituem e destroem tanto os relacionamentos heterossexuais como os homossexuais. Obviamente, Wittig acerta ao perceber a violência imposta pelo modelo de relação heterossexual, bem como ao deixar claro que o sexo também é fruto de construção cultural, porém, ela não pode deixar de reconhecer outras estruturas de poder bastante fortes e, muito menos, afastar as mulheres heterossexuais do feminismo em virtude delas não seguirem a única saída prevista pela autora, ou seja, a transformação em lésbicas. Butler percebe que Wittig desconstrói o sexo e, por consequência, qualquer unidade que tenha sido estabelecida com base nele e identifica uma série de centros de poder sobre os corpos. Sendo assim, ela não poderia prever uma saída única para o feminismo, menos ainda algo que viesse a sugerir uma substituição de um paradigma heterossexual por um homossexual, pois se são modelos de relações, terão o mesmo papel de estabelecer e legitimá-las, desconsiderando outras possibilidades.

A sexualidade e o poder estão intrinsecamente relacionados, de acordo com a tradição de pensamento seguida por Butler. Por isso, a sexualidade mesmo da lésbica é tão construída por ele como as demais existentes. Dessa forma, não há como defender a possibilidade de um prazer sem qualquer limite dentro das relações homoafetivas. As normas também imperam nessas relações e não podem ser simplesmente negadas. Porém, elas podem ser transformadas em um lugar para as paródias que irão deslocar o aspecto natural e original do modelo de heterossexualidade instaurado. Por fim, cabe novamente uma comparação entre Beauvoir e Wittig acerca da concepção de cada uma sobre a natureza. Enquanto a primeira a considera uma materialidade, um fato concreto, a segunda a considera como uma criação cujo objetivo principal é manter o controle social¹⁴⁷.

Realizada a discussão sobre o conceito de mulher e a hegemonia do modelo heterossexual, o próximo passo será dedicado aos atos performativos, elaborados por Judith Butler e aproveitados por Negri e Hardt quando tratam do movimento da multidão. A primeira abordagem dos atos performativos será feita com o

¹⁴⁷ Wittig também trabalha com a heterossexualidade na perspectiva do contrato social, recurso utilizado por Carole Pateman para fundar a dominação do homem sobre a mulher na Modernidade. Obviamente a noção de contrato social explica uma forma de dominação diferente para cada autora, porém, é interessante ressaltar que ambas consideram essa estratégia como uma forma de justificar um mecanismo de dominação.

intuito de apresentar a construção da teoria, para, posteriormente, trazer as respostas de Butler às críticas feitas após ter sido considerada fundadora da chamada Teoria *Queer* com a obra que a deixou com grande visibilidade no feminismo e também no movimento homossexual. As performances irão ganhar um caráter subversivo a partir da análise de Butler, sendo possível retomar a conexão com o pensamento de Antonio Negri e Michael Hardt.

4.2

A apropriação dos atos performativos pela multidão: uma possibilidade subversiva

Uma das principais preocupações da autora diz respeito às diferenças instituídas entre sexo e gênero, para provocar uma generalização e uma existência prévia do corpo em relação à sexualidade, a partir do sexo. Em outras palavras, o tratamento passivo do corpo, como algo anterior ao discurso que irá receber as inscrições da cultura sobre ele. Essa é uma estrutura oriunda da doutrina Cristã e posteriormente do pensamento Cartesiano, com os dualismos cultura/natureza e mente/corpo, e uma perspectiva do corpo como algo insignificante, sem relevância ou ainda como algo profano e campo de uma suposta essência feminina, até o reforço ocorrido ao longo do século XIX com o surgimento da influência direta da biologia.

O próprio Foucault acaba recorrendo a esse mesmo mecanismo de interpretação do corpo como algo passivo, que será necessariamente subjugado, como o local em que a história irá inscrever seus valores e significados na medida em que são construídos e destruídos, em alguns momentos de sua obra, conforme ressalta Butler¹⁴⁸. Nesse sentido, ela também reconhece em Foucault uma abordagem do corpo como uma página em branco, a ser preenchida pela história e pela cultura. Apesar de Foucault estabelecer que esse corpo existente deve ser completamente destruído para que as inscrições sobre ele tenham um significado, para que os valores consigam prevalecer, há uma manutenção de um corpo definido ou limitado anterior aos significados que serão a ele atribuídos a partir de um movimento de fora para dentro.

¹⁴⁸ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 165.

A diferença entre o externo e o interno, bem como os limites e a escravidão aos quais o corpo é submetido são impostos através da estratégia da identidade. A identidade consiste nas repulsas que são provocadas a partir de criações hegemônicas sobre o sexo, a sexualidade, a raça, enfim, sobre os mais diversos agrupamentos forjados pelo poder, com o objetivo de excluir algumas categorias, criando, dessa forma, o Outro, ou os Outros, aqueles que estão fora, que não fazem parte da cultura hegemônica. A repulsa, portanto, consolida identidades, cria, exclui e regula para dominar e controlar, em um esforço para que as diferenças entre o externo e o interno sejam perpetuadas. Para que isso fosse passível de realização, seria necessário que os corpos fossem completamente impermeáveis, o que seria impossível de se conseguir. Nas palavras de Judith Butler, “this enclosure would invariably be exploded by precisely that excremental filth that it fears”¹⁴⁹. A estabilidade que torna viável a manutenção do interno e do externo é imposta pela cultura, que estabelece uma ordem e uma sanção para que ela não seja violada e para que a diferenciação seja mantida. O procedimento identitário reconhecido por autoras como Kristeva e Iris Young e abraçado por Butler é fundamental para compreender o motivo pelo qual a última tece críticas tão árduas aos movimentos minoritários que insistem em afirmar a identidade.

É interessante observar nesse momento uma conexão direta entre o pensamento de Negri e Hardt com a teoria de Butler e já mencionada ao longo do primeiro capítulo, uma vez que as estruturas de criação de identidade são bastante comuns. Negri e Hardt fazem a ressalva de que a identidade muitas vezes funciona como mecanismo de união interna de um Estado para lutar por liberação em relação a um opressor externo. Porém, internamente é muito comum haver um mecanismo violento de dominação, com um apelo também identitário, para que essa união seja conseguida. Essa observação é perfeitamente cabível em relação às lutas feministas. É muito comum que determinados Estados que precisem se livrar de dominação estrangeira promovam uma união interna a partir de uma oposição entre uma cultura hegemônica que tenta prevalecer sobre ele e a cultura local, em nome da diversidade. Luta bastante legítima nessa perspectiva. Porém, na medida em que as atenções se voltam para o interior desses Estados, o que se constata é

¹⁴⁹ Este fechamento seria invariavelmente demolido por precisamente aquela excrementosa sujeira

uma situação também de grande violência em relação a minorias que ali habitam, mulheres, homossexuais, políticas e religiosas e outros. Em nome da diversidade cultural e da soberania, para fazer frente a grupos opressores de fora, o grupo hegemônico interno se utiliza de um aparato de repressão bastante violento.

Retornando propriamente à identidade estabelecida pelo gênero, ela é formulada a partir da heterossexualidade estabelecida de forma compulsória, associando a sexualidade ao campo da reprodução, para que ganhe um caráter estável. Dessa forma, as categorias do sexo, do desejo e da sexualidade deveriam se manter em uma relação coerente, segundo os parâmetros estabelecidos pelo modelo. Porém, essa estabilidade não consegue se sustentar. Os corpos promovem a desordem nesse modelo criado para regulá-los, fazendo com que ele perca sua força normativa no campo da sexualidade. Os processos de identificação são forjados para que a coerência seja mantida, e para que ela consiga prosperar, fazendo uso de uma série de significações corporais, de atos e gestos que dão uma aparência de essência do corpo, de algo interno a ele, mas que estão de fato em sua superfície.

Os gestos sugerem uma identidade prévia, inata, porém, eles não fazem isso de forma clara e sim obscura. Esses são os atos performativos, isso significa que a essência ou a identidade que tanto pretendem manifestar na verdade são fruto de criação da cultura, que se utiliza do discurso e dos sinais produzidos pelos corpos. Nesse sentido, Butler conclui que os corpos são performativos, eles são oriundos meramente dos atos que produzem suas realidades. A ordem e a organização criadas a partir do gênero que ganham uma aparência de inerentes ao ser humano são meras ilusões que servem para regular e controlar a sexualidade, em um esforço de se deslocar uma criação política para a noção de essência, de inexorabilidade do sexo. O gênero verdadeiro do qual alguém faz parte não passa de uma fantasia registrada sobre o corpo de forma superficial. Não há uma verdade sobre o gênero, ao mesmo tempo, ele também não pode ser considerado falso. Ele é simplesmente produto de um discurso de identidade instaurada pelo poder a partir de um determinado momento.

Butler ganhou notoriedade como fundadora da Teoria *Queer* ao defender que *drags*, transformistas e outros que adotem um comportamento estilizado do

que teme. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 170.

sexo mexem justamente com a idéia de uma identidade de gênero estabelecida de forma prévia. Ela observa, entretanto, que esse tipo de comportamento não foi bem recepcionado no meio feminista, especialmente por dois motivos. O primeiro seria um entendimento acerca dos *drags* e dos transformistas como uma espécie de degradação da mulher e o segundo porque tais comportamentos seriam apenas uma apropriação dos estereótipos estabelecidos em relação aos papéis atribuídos a cada gênero a partir do modelo heterossexual¹⁵⁰. Tal crítica do feminismo vislumbrava especialmente atingir os casais de lésbicas que adotavam os padrões masculino e feminino, cada uma com um papel no relacionamento.

A autora responde a essas críticas reconhecendo uma maior complexidade nas noções de imitação e de originalidade estabelecidas como parâmetros pelo feminismo para desconsiderar a paródia das *drags*. O comportamento desses grupos, a princípio, segregados do feminismo expõe de forma bastante clara a possibilidade de se provocar uma ruptura entre a primeira identificação, ou seja, aquela estabelecida como originária a partir da relação entre sexo e gênero, e a experiência de gênero, pois esta pode ser reformulada, vivenciada de forma diferente. A paródia está justamente na cisão entre a anatomia da *drag* ou de quem realiza a performance e o gênero que está sendo exibido. A ruptura realizada passa pelas questões que relacionam o sexo ou anatomia, a identidade estabelecida pelo gênero que deveria ser apresentada e o gênero que é reproduzido de fato. A divergência é instaurada entre o sexo e o gênero e entre o gênero e a performance. Além disso, *drags* podem até mesmo criar uma figura unificada de mulher, porém, é sempre uma figura que irá desmascarar os processos de naturalização e de regulação desencadeados pelo gênero. *Drags* imitam o gênero e, ao fazerem essas imitações, revelam que o gênero em si é reproduzido, ou seja, é imitado.

Nesse sentido, a coerência entre sexo e gênero estabelecida pelo parâmetro da heterossexualidade e da reprodução é rompida e, em seu lugar, surge uma concepção desnaturalizada dos dois através das performances. Sendo assim, não é somente o modelo de relação heterossexual que está em xeque e sim todas as divisões sociais e de trabalho que decorrem dessa suposta relação complementar necessária imposta pelo modelo reprodutivo, que atribui papéis diferentes de acordo com o sexo. Esses papéis instituídos foram questionados das mais diversas

¹⁵⁰ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 174 et. seq.

formas ao longo da história do feminismo, conforme visto anteriormente, em um esforço do poder constituinte em persistir na liberação da mulher. Porém, não há dúvida em relação à radicalização que a Teoria *Queer* constata nas experiências *drags*, e também não é por outro motivo que ao longo do desenvolvimento do feminismo muitas mulheres sentiram a necessidade de se vestirem como homens para que a realização de seus projetos de vida fosse possível, utilizando a performance como uma linha de fuga.

O deslocamento propiciado por essas performances cria identidades mais fluidas, abertas e mais fáceis de abordar contextos diferentes. A paródia promovida por elas tem a função de desconstruir a noção essencialista de gênero. Obviamente, as performances partem dessas noções hegemônicas, mas permite a desnaturalização delas. As paródias as inserem em contextos variados, por isso as imitações promovem um processo de deslocamento do significado de origem. A partir desse mecanismo, cabe o reconhecimento de que a origem é um mito, não havendo tal conceito de uma identificação originária que irá determinar tudo, o gênero deve ser percebido como construção histórica da cultura acerca dos significados impostos a sujeitos a partir de uma série de imitações, de repetições responsáveis por causar a sensação de um gênero previamente estabelecido¹⁵¹.

Porém, a subversão não decorre diretamente da paródia. Por isso, é importante perceber o que faz de uma paródia uma repetição que contribui para causar distúrbios na concepção de gênero e o que faz uma repetição ser meramente a reprodução da cultura hegemônica. Esse aspecto irá variar de acordo com o contexto no qual a subversão e as confusões causadas por ela serão promovidas. Reconhecer quais performances irão transtornar o paradigma do gênero e sua naturalização e quais irão afirmar o masculino e o feminino contribuindo para sua estabilização pode ser complicado. Para Butler o corpo não é um ser constituído e sim uma superfície cujos limites e o grau de permeabilidade serão regulados pelo poder, segundo os significados impostos pelo gênero e a hierarquia por ele estabelecida e pela heterossexualidade. Não seria possível afirmar que um gênero constitui o interior dos corpos. Os gêneros dos corpos, de

¹⁵¹ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 176.

acordo com a autora, são tão numerosos quanto os mais variados estilos de carnes¹⁵².

O gênero é um ato, no sentido de ser necessário para que ele se estabeleça uma performance repetida diversas vezes. Por sua vez, as repetições são as mesmas vivências sociais com significados já estabelecidos. Elas promovem a legitimidade dele, fazendo com que ele ganhe um aspecto natural. Existem corpos que atuam publicamente estilizando o gênero e os significados que dele decorrem. Os atos que estilizam o gênero têm um caráter temporal e uma dimensão coletiva. A performance, nesses casos, se desenvolve com o objetivo de manter o dualismo no gênero, de forma estratégica, para que fique claro que ele não é um atributo dos sujeitos e sim os forma e consolida. Butler coloca ênfase no fato do gênero não ser uma identidade estável dos quais os atos irão decorrer de forma natural. Ao contrário, ele é construído historicamente a partir de uma série de atos. Dessa forma, ele irá produzir um determinado estilo no corpo.

A identidade de gênero é, portanto, estabelecida por uma série de atos estilizados, de repetições e de gestos ao longo do tempo e não por uma identidade originária. Esses mecanismos de atos e gestos fazem a aproximação com a suposta essência daquela identidade. Porém, há sempre o risco de ser percebida a contingência dessa identidade. É nesse momento que Butler vislumbra a saída para tal situação. As transformações que podem ocorrer nas relações de gênero devem se apropriar do momento em que é constatada a arbitrariedade e a atribuição aleatória desses atos. Assim, a repetição pode ser falha ou deformada a partir das paródias, mostrando a construção do gênero a partir do poder¹⁵³. A constatação de que o gênero é um ato performativo confirma a inexistência de uma identidade anterior que estabelece os atributos do gênero e seus atos de forma prévia. Perde-se, portanto, a possibilidade de se estabelecer como parâmetro um gênero que seja verdadeiro, válido e outro que não seja viável. As próprias idéias de que existem um sexo e uma masculinidade e feminilidade são também estratégias para se fundamentar a identidade e contribuir para a perpetuação das formas de dominação exercidas pelos modelos hegemônicos de masculinidade e de heterossexualidade.

¹⁵² Ibid., p. 177.

¹⁵³ Cf. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 179.

Existem diversas teorias feministas que trabalham com a concepção de identidade, conjugando problemas como os de classes sociais, raças, sexualidade e diversas outras. Butler ressalta que todas elas concluem o rol de interessados e afetados pela luta feminista sempre com um *etc.* Isso para a autora sugere algo de extrema relevância, que é a impossibilidade de se concluir uma lista desse porte. Os sujeitos dela estão sempre situados, porém, os adjetivos nunca são suficientes para categorizá-los de forma integral. Para a autora, essa impossibilidade é muito importante, pois expõe que o processo de significação não tem limites. Pelo *etc* há ainda um grande campo para que o feminismo amplie suas atuações políticas e seja sempre aberto a novas categorias excluídas.

Retornando, especificamente, às repetições subversivas, Butler retoma a divisão tradicional entre sexo e gênero, com o sexo na esfera do fato, realidade da qual não se consegue fugir, e com o gênero na esfera da cultura, de sua inscrição sobre o corpo. Não é importante para a autora levantar questões sobre o significado dessas inscrições. O tema relevante diz respeito aos aparatos utilizados pela cultura e quais são as perspectivas de intervenções na repetição que afirma o gênero para subvertê-la na medida em que se percebe que a faticidade do sexo é uma construção para que os corpos a tenha como um referencial instituído, apesar de tal ponto nunca ser atingido.

As superfícies do corpo sofrem uma atuação no sentido de naturalizá-las. Porém, essas mesmas superfícies podem ser o lugar adequado para que as performances que irão desnaturalizá-las sejam exercidas. As paródias podem ser um recurso subversivo, para que tudo aquilo considerado original e real passe a ser um efeito. Assim, as normas de gênero têm sua estrutura abalada. A consequência é a multiplicação de diversas categorias de gênero, bem como o distúrbio causado na identidade e a derrocada do gênero como essência, como algo localizado no interior do corpo. Há também uma subversão da abordagem naturalizada das relações heterossexuais, que possuem como sujeitos atores um homem e uma mulher.

O feminismo, assim como outros movimentos de minorias, parece ter quase sempre feito uso do apelo da identidade para as suas lutas, com a necessidade de se definir o seu sujeito, a mulher. Esse apelo ora reuniu ora causou diversas rupturas no movimento, fazendo surgir as mais diversas correntes que abarcavam outras identidades também forjadas pelo poder. O interessante na abordagem de

Butler é justamente o reconhecimento da autora em relação a ao recurso da identidade, pois ao mesmo tempo em que o feminismo entendeu ser fundamental para a sua luta política, esse foi um recurso que colocou limites a ele no que se refere aos avanços e possibilidades culturais aos quais ele deveria estar aberto e receptivo, fazendo com que a luta feminista ganhasse mais espaço, conseguisse se expandir.

Ele deixou de compreender, durante muito tempo, que o sexo deveria ser tratado como uma estrutura constitutiva de poder e não como um fundamento natural que serviria para a união de todas as mulheres. A autora observa que, na medida em que a identidade passa a ser considerada um efeito, e não mais a origem, uma possibilidade que estava fechada pelas teorias que consideram a identidade como algo fixo é agora aberta. A identidade deixa de ser uma completa fatalidade e pura arbitrariedade. A partir dessa desconstrução realizada pela autora, há a possibilidade de novas construções que irão atender melhor às necessidades do movimento feminista.

Por esse motivo, o feminismo não deve se preocupar em ficar fora das identidades forjadas pelo poder, já construídas. Isso iria fazer com que ele se perdesse, inclusive, de suas questões culturais locais que devem ser trabalhadas, fazendo com que um sujeito universal fosse também forjado, retornando, dessa forma, às estratégias de dominação que criticam muito bem. Sua principal preocupação, resalte-se, bastante complexa, é procurar estratégias de repetições subversivas que são viabilizadas ou mesmo permitidas pelas incoerências internas da própria tentativa de estabilização ds identidades. Isso é o que a autora denomina como “immanent possibility of contesting them”¹⁵⁴. A desestabilização é um mecanismo característico da resistência, conforme interpretado por Antonio Negri¹⁵⁵.

Cabe ressaltar que a autora desconstrói termos, em especial mulher e identidade, porém, ela faz uma ressalva que aparece ao longo de todo o seu

¹⁵⁴ “Possibilidade imanente de contestá-las”. Por isso, houve a necessidade de abordar o plano de imanência no capítulo inaugural. Os principais autores aqui trabalhados produzem a partir desse pressuposto e a crítica específica de Butler aos modelos identitários seria inviável se ela não trabalhasse com o plano de imanência, bem como a explicação da origem dada por Negri e Hardt da identidade na Modernidade. BUTLER, J., *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*, p. 188.

trabalho reiteradamente: desconstruir a identidade não é desconstruir a política e sim é colocar como política a utilização e articulação da identidade em vez de dar um aspecto natural a ela¹⁵⁶. A preocupação da autora é justamente mostrar a estratégia de naturalização por trás desse conceito. Há nessa discussão ainda um outro problema para o feminismo, pois a crítica que desestabiliza esses dois termos causa transtorno para ele, pois são conceitos que fundam o movimento. Ao mesmo tempo em que ele parte de um pressuposto presumido, fixado, o qual ele mesmo ajuda também a fixar, qual seja, a identidade “mulher”, ele pretende liberá-la, o que pode parecer uma situação paradoxal e uma forma deve ser encontrada para o retorno do processo liberatório.

A repetição dos atos performativos não é uma escolha, ela acontece em função da reprodução das identidades. Portanto, a questão não está no plano da possibilidade ou não de uma repetição e sim na forma pela qual essa repetição irá ocorrer para que as normas de gênero sofram um deslocamento, possibilitando que os gêneros sejam proliferados. Sendo assim, a principal questão do feminismo é saber se apropriar novamente desses momentos para que as barreiras instituídas pelo gênero, ou poder constituído, possam ser absorvidas pelos atos performativos subversivos, ou poder constituinte, e transformadas em processo de liberação da mulher, com toda a fluidez e amplitude que o termo “mulher” possa alcançar.

O feminismo, para Butler, é cunhado com o objetivo de provocar transformação social nas relações de gênero, ainda que o termo gênero não seja o mais adequado para ser utilizado após a exposição do desenvolvimento teórico da autora. As variações entre as teorias feministas se referem às diversas formas de transformação social que podem decorrer de cada uma delas, na medida em que uma considera relevante um determinado tipo de transformação, enquanto outra se

¹⁵⁵ Tema já abordado ao longo do primeiro capítulo, ao se realizar a análise da insurreição, da resistência e do poder constituinte a partir da perspectiva trabalhada no livro *Cinco lições sobre o Império*.

¹⁵⁶ Ao longo do trabalho foi citada a concepção de política de Rancière e a diferença que ele aponta entre política e polícia. O autor atribui a banalização do termo política a uma interpretação equivocada do conceito de poder de Foucault, que atrela o poder à política. Seu conceito de política foi apresentado no primeiro capítulo, bem como a diferença entre política e polícia. No caso de Butler, ela parece fazer tal confusão entre poder e política quando se adota a diferença observada por Rancière entre os termos. Por esse motivo, quando a autora fez uso da política em seu sentido amplo, no sentido de poder, a dissertação apresenta o termo poder, para se adequar à perspectiva de Rancière, adotada inicialmente. Porém, é importante fazer a ressalva da utilização desses termos ao longo desse capítulo, para evitar uma compreensão equivocada acerca da coerência do texto.

dedica a um rumo diferente para o feminismo. Na perspectiva da autora, a própria teoria feminista já pode ser considerada como uma transformação, apesar de não ser suficiente para que essas transformações se reflitam nos campos da política e do social. Nesse sentido, as intervenções, as ações dos movimentos são de grande importância. No momento dessas transformações sociais, a autora considera que todos nós somos filósofos¹⁵⁷.

As perguntas que devem pautar o feminismo para que ele consiga promover as transformações sociais são aquelas que refletem preocupações acerca da própria sobrevivência da mulher. Sendo assim, são questões que pensam sobre as formas de vida consideradas como vida pelo poder, e de quem é o privilégio de viver, bem como tudo aquilo que leva à definição de seu início e fim e quais são as estratégias para que uma vida seja jogada contra outra. Além disso, devem ser consideradas também as discussões sobre as condições e os significados nos quais elas devem surgir e quem deverá ser designado para cuidar delas assim que surgem, bem como quem deverá cuidar da vida da mãe e quais são os valores que irão tutelá-la. Essas últimas questões são ainda de maior relevância, uma vez que o feminismo maternal sempre tende a retornar. Por fim, a última questão trabalhada sobre o tema é no sentido de produzir uma reflexão sobre a morte daqueles que não se ajustam ao gênero ao qual deveriam pertencer, segundo as normas por ele estabelecidas. Estão incluídas nessa última questão as formas de contestação do modelo instituído pelo gênero e os papéis atribuídos a cada um a partir dele. Tudo isso significa que a proposta é pensar sobre como a vida é organizada pela cultura, como são estabelecidos os valores e as normas que regulam o corpo e como surgem novos valores e normas que podem mexer na estrutura dos antigos.

A autora aborda a normatividade a partir de um duplo sentido, pois ora é considerada uma aspiração social, um norte para as ações e relações sociais, ora diz respeito ao procedimento que normaliza determinadas concepções, estabelecendo de forma coercitiva o desenvolvimento dos homens e das mulheres a partir dos critérios definidos como modelos. Essas normas são responsáveis por governar a vida e definir os verdadeiros homens e mulheres. Por isso, ao afrontar essas normas, as vidas já não sabem mais se existem ou não ou se têm algum valor, se

¹⁵⁷ Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E., BUTLER,

seus gêneros são reais ou não, em virtude de estarem em sentido contrário aos modelos da norma.

A norma promove uma união, porém, essa união ocorre a partir da exclusão, no caso, da exclusão realizada a partir do gênero. Dessa forma, é sempre necessário perceber quais são os tipos de normas que o governam. Um dos esforços da autora ao longo do *Gender trouble* foi realizar esse reconhecimento. Além disso, ela demonstrou que, apesar de não haver uma possibilidade fora da estrutura das normas, elas não são fixas, ou estabelecidas previamente. Elas decorrem de práticas culturais. Sendo assim, podem ser rejeitadas, transformadas, não necessitando de aceitação na forma como elas se encontram.

A obra fundadora da Teoria *Queer* foi escrita com o objetivo de analisar os procedimentos instaurados pela heterossexualidade, pelos processos de identidade, para a normalização das relações de gênero e para perceber as possibilidades de ruptura trazidas por quem causa confusão nas normas de gênero. O seu fundamento não foi a dignidade da pessoa humana, um mero reconhecimento de outras formas de vivenciar o gênero. O objetivo ia muito além disso, pois a autora afirma que queria causar um grande distúrbio na forma como a própria teoria feminista e as demais teorias sociais costumavam abordar e trabalhar com as questões de gênero.

A teoria apresentada realmente causou grandes distúrbios, pois tanto nas teorias feministas como nas estruturas de um patriarcado, a cultura que servia de modelo para ambos naturalizava as diferenças sexuais, estas estavam bastante arraigadas como pressuposto de grande parcela do feminismo. O distúrbio foi causado, portanto, pela contestação da diferença sexual em si realizada por tal teoria. Nesse sentido, a partir dessas críticas, as possibilidades aumentaram, havendo quem quisesse ser incluída na categoria “mulher”, quem questionasse o seu pertencimento a tal grupo e quem defendesse a existência de categorias diferentes, alternativas às já moldadas. Todas essas possibilidades teóricas surgiram após o advento da Teoria *Queer*.

Um dos argumentos mais citados da Teoria *Queer* diz respeito às categorias estabelecidas nas relações homoafetivas, pois segundo o argumento de Butler, elas não correspondem aos modelos tradicionais de homem e mulher estabelecidos

pela heterossexualidade, mas ao contrário, trabalham para que a originalidade estabelecida pela heterossexualidade seja desconstruída, a partir do momento em que expõem a performatividade da qual a originalidade é fruto. Apesar do argumento enfático de Butler no sentido de negar a mera cópia nas repetições desses relacionamentos em relação ao gênero, cabe ressaltar que o caráter subversivo dessas repetições também não é automático e, dependendo do caso, pode sim significar uma mera cópia da estrutura heterossexual de relacionamento, se uma das partes faz uso do mesmo mecanismo de dominação masculina que aparece nas relações heterossexuais propriamente ditas. A subversão está atrelada à ruptura entre a sexualidade e o gênero que determinado corpo deveria reproduzir, porém também está atrelada à possibilidade de criação, de reinvenção dos gêneros a partir dessa ruptura. De qualquer forma, é pertinente a posição da autora que considera relevante o fato dessa estrutura homoafetiva deixar bastante claro que não há originalidade, que há em seu lugar sempre uma construção performativa.

As teorias feministas tinham diversos argumentos para que a manutenção das diferenças sexuais prevalecesse. Havia algumas que se apoiavam na biologia para defender a necessidade das diferenças entre os sexos. Outras entendiam que essas diferenças eram fundamentais para que a cultura e a linguagem conseguissem nascer. Nesse segundo caso, existia ainda uma divisão entre aqueles que consideravam essa ordem simbólica entre os sexos inevitável, sugerindo que o patriarcado é algo inexorável em nossa sociedade, do qual não se pode escapar, e aqueles que, apesar de considerarem as diferenças sexuais entre homens e mulheres inevitáveis, o formato instituído pelo patriarcado poderia ser contestado. Butler insiste acertadamente que as diferenças entre homens e mulheres não são compreendidas quando se recorre somente às diferenças sexuais no sentido tradicional, ou seja, entre macho e fêmea. Ao contrário, as distinções entre macho e fêmea estão longe de auxiliar na complexa relação de gênero estabelecida pela cultura. A diferença sexual está relacionada a uma ordem simbólica, que estabelece os conceitos de homem e mulher. Esses conceitos não possuem uma formulação tão óbvia quanto o que se costuma argumentar.

As diferenças sexuais foram tão combatidas pela a autora em virtude dela ter como objetivo desconstruir o essencialismo que se apoiava sobre elas e afirmava que o gênero era uma verdade, pertencendo ao interior do corpo, era um dado que

não podia ser contestado, como um fato natural. O final do *Gender trouble* é dedicado a uma análise sobre o movimento de *drags*, que, através da paródia, leva a rupturas políticas das relações de gênero e entre sexo e gênero. A autora recebeu algumas críticas em relação a esse tratamento dado a tal movimento. Em suma, foi sugerido que ela reduziu a política à parodia e, além disso, que atrelou o movimento *drag* a uma forma de resistência e de intervenção¹⁵⁸.

A resposta a essas duas críticas é dada pela autora ao longo da releitura e das considerações que ela faz sobre seu trabalho. O primeiro ponto a ser considerado é a própria experiência de Butler. Ela afirma que o trabalho de *Gender trouble* decorreu mais de sua experiência de militância do que de uma pesquisa teórica. Nesse sentido, ela retoma a sua história para esclarecer que durante a sua juventude ela freqüentava um bar gay, que depois passou a ser voltado para o público *drag*. O ambiente do bar a colocava, portanto, em contato com pessoas desse movimento, que a faziam pensar sobre as teorias de gênero. Aqueles que tinham uma definição primária como homens conseguiam fazer transparecer um feminino muito mais forte do que a representação da autora, apesar dela ter sido submetida à definição primária de feminino. Eles eram capazes de expressar melhor do que ela esse gênero e, além disso, desejavam mais essa representação do que ela. Por outro lado, a autora nunca conseguiu sentir que aquela feminilidade que eles expressavam fazia parte dela.

A experiência vivenciada por ela nesses locais a fez concluir que somos compelidos a representar determinado gênero, segundo as normas que o regulamentam e essa forma de atuação do poder nas superfícies dos corpos com o intuito de constitui-los é caracterizada por ela como algo muito violento. O aparato de controle passa pela cultura, pelas leis e pelos códigos psiquiátricos, por exemplo, e tudo o que for necessário para tornar esse paradigma cada vez mais institucionalizado. Atualmente, as violências ainda são impostas de acordo com a performance de gênero realizada.

Essa observação não é pertinente somente para a reflexão sobre as performances que rompem com o liame imposto entre sexualidade, sexo e gênero. Ela serve também para interpretar os atos performativos dos movimentos

¹⁵⁸Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J.; & PUIGVERT, L., *Women and social transformation*, p. 9.

feministas que tinham como objetivo fazer oposição à divisão de papéis tradicionalmente realizada pelo poder também a partir das categorias homem e mulher e que foram alvo constante dos esforços do poder constituído para limitá-los, fazê-los retroceder. O movimento de *drags* contribui para demonstrar uma possibilidade de rearticulação dos parâmetros impostos pelo gênero e pela heterossexualidade. A forma pela qual o gênero é instituído, transformado em algo estável e naturalizado tem grande relevância, mas também é importante aos olhos da autora reconhecer os momentos em que são realizados os desafios ao dualismo instaurado no gênero através de atos que extraem qualquer coerência inerente a ele, pois é a partir desse momento que o gênero passa a ser compreendido como construído culturalmente e, por isso, passível de reformulação.

A performance *drag* ingressa no campo da política¹⁵⁹ por demonstrar que as noções de real, ou de sensível, podem ser alvo de disputa de outras noções de realidade, que ela não é estática e sim construída. Sendo assim, há construções alternativas elaboradas em um sentido distinto ao implementado pela hegemônica. Um dos pontos mais interessantes do argumento de Butler é o fato dela chamar atenção para os mecanismos de desconstruções e construções serem realizados nos próprios corpos. Assim, há a possibilidade de se vivenciar a ultrapassagem da norma pelos, bem como os trabalhos que ela fará para se atualizar, porém, afirmando que é justamente esse movimento que permite a percepção do não fechamento da realidade na qual se acredita estar preso.

O processo de criação do Outro é efetivado justamente com a desconsideração desse Outro como real, pois a realidade, para o poder, está atrelada às identidades por ele desenhadas. Não se considera o que está fora dos parâmetros dessas identidades como humano, pois o próprio reconhecimento da humanidade de alguém vai ser variável, de acordo com a história e a cultura. O sujeito dos direitos humanos é também um bom exemplo dessa variação. A autora critica o fato dele ser já conhecido, determinado e servir de ponto de partida para a atribuição de direitos. Porém, ela entende que para que os direitos humanos não

¹⁵⁹ Aqui a política é utilizada em um sentido próximo ao de Rancière, ou seja, a partir do conflito entre dois sensíveis para estabelecer uma nova concepção de realidade, liberando um grupo que antes não falava, que aos olhos do poder produzia somente ruídos. É interessante observar que a Teoria *Queer* passa pelo momento da resistência, conforme vislumbrado nesse capítulo no retorno ao comentário de *Cinco lições sobre o Império* ganha também um caráter revolucionário, ou seja, de poder constituinte, na trajetória elaborada por Butler.

sejam excludentes, uma reflexão acerca do alcance, da dimensão do humano deve ser realizada constantemente¹⁶⁰.

A partir do reconhecimento do gênero como algo produzido pela performance, a realidade passa a ser compreendida da mesma forma, sendo, na verdade, fruto das performances. Sem dúvida, há normas que ditam o que é real e o que não é, mas elas são atingidas pelos atos performativos quando os corpos percebem que nem elas são imutáveis, nem eles estão constituídos de forma definitiva. Os atos performativos contribuem para o entendimento das engrenagens das normas que ditam a realidade e também para esclarecer a forma como a realidade é reproduzida e como pode ser alterada a partir dessa percepção¹⁶¹.

Entretanto, é interessante observar que a autora faz uma ressalva acerca dessas demais possibilidades de gêneros tão mencionadas ao longo do trabalho. Ela não afirma que irá tratar de uma produção de realidade favorável a gêneros que ainda não existem. A sua pretensão é trabalhar com os gêneros que considera como existentes já há muito tempo, porém que nunca foram assumidos pelas normas que gerem o real. De fato, conforme apresentado no capítulo anterior, o amor entre mulheres apareceu algumas vezes no decorrer da história que culminou com o surgimento do feminismo e, como também já mencionado, existiam aquelas que atuavam em uma performance diferente da estabelecida pelo seu gênero primário, seja por uma necessidade de fuga dos planos que suas famílias

¹⁶⁰ Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J. & PUIGVERT, L., *Women and social transformation*, p. 22. A autora não defende uma perspectiva relativista de direitos humanos, pois o relativismo inviabilizaria uma fala a partir do humano e dos direitos humanos, já que sempre irão existir abordagens locais sobre esses dois temas. Porém, para que os processos liberatórios ocorram, para que as transformações sociais, especialmente no que diz respeito à situação das mulheres, sejam viabilizadas em nome do humano, em nome das mulheres, é necessário ter em mente que o termo “humano” tem uma trajetória bastante diversificada e que nem todos os humanos, em sentido amplo, foram considerados humanos ao longo de toda a existência do termo. O mesmo acontece com o termo “mulher”. Por isso, a autora ressalta tanto a importância de uma reflexão histórica sobre os termos antes de empregá-los. Outros termos também devem ser pensados, como a apropriação *queer* do próprio termo *queer*, ou ainda a apropriação realizada pelo movimento negro de termos de cunho racista, e a autora destaca aqui o movimento hip-hop. As apropriações em si nada significam, podendo gerar as conseqüências mais diversas. Algumas dessas conseqüências irão ser recepcionadas pelos movimentos, enquanto outras serão descartadas, como coloca Butler.

¹⁶¹ Nesse sentido, Butler segue afirmando que os ativistas *drags* não ficam restritos à simples apresentação de um mecanismo de subversão, eles conseguem realizar uma alegoria dos mecanismos pelos quais a realidade é reproduzida e contestada. Cf. BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E., BUTLER, J. & PUIGVERT, L., *Women and social transformation*, p. 14.

tenham para suas vidas, seja por uma questão de afinidade com outro gênero em vez daquele que lhes foi atribuído.

A complexidade de gêneros já estava presente, apesar da estrutura que forçava uma apreensão da realidade em sentido diferente e, já que as normas não as consideravam reais, existentes, elas agora são denominadas como novas. A autora afirma ter uma aspiração normativa, por considerar inviável não haver nenhuma. Porém, sua normatividade seria pautada por uma “filosofia da liberdade”¹⁶². As normas podem ser explicitadas ou não. O mais comum quando se trata de uma norma que tem como procedimento a normalização de práticas sociais, elas têm forte tendência a serem obscuras, difíceis de serem identificadas como um procedimento com essa função.

O motivo para se preferir uma norma de caráter mais implícito é evidente: ela incide dessa forma para que a condição estabelecida ganhe um aspecto natural. Sendo assim, a norma está separada e é imparcial em relação às ações por ela reguladas somente de forma aparente, pois o seu papel é impor e dar legitimidade a determinadas práticas, em detrimento de outras. Segundo Butler, o gênero, por exemplo, é uma estrutura na qual se realiza a normalização do feminino e do masculino, não é algo que as pessoas são ou possuem. Evidentemente esse é o discurso contrário ao do poder. A produção desse dualismo é contingente e conjuga argumentos de ordem hormonal, genética, psicológica e, além disso, conta com as performances, os gestos realizados pelos corpos.

Porém, o dualismo instaurado pelo feminino e masculino não exaure os gêneros. Uma teoria feminista que considere como única possibilidade para a sua formulação o reconhecimento do dualismo homem/mulher não faz outra coisa diferente da afirmação das estruturas regulatórias do poder. A teoria de Butler é assumida por Negri e Hardt, não somente por perceber que a performance *drag* deixa completamente exposta a arbitrariedade dos gêneros, como também por abrir a possibilidade de repetições criativas, inovadoras, uma vez constatada essa

¹⁶² BUTLER, J., The question of social transformation, In BECK-GERNSHEIM, E.; BUTLER, J. & PUIGVERT, Lídia, *Women and social transformation*, p. 15. A normatividade defendida pela autora não tem um conteúdo prévio, pois caso contrário, sua teoria seria inconsistente. Quando ela menciona uma normatividade necessária e a atrela ao que ela denomina como filosofia da liberdade, a interpretação deve ser no sentido de considerar essa normatividade como fluida, como algo que irá ser transformado de acordo com as necessidades históricas e culturais. Essa fluidez perpassa outros conceitos da autora, como, por exemplo, o termo “mulher”, examinado logo no início do capítulo.

arbitrariedade. Ao propor uma confusão nos gêneros, a autora afirma que existe uma forma de os gêneros transitarem entre o masculino e o feminino, além do dualismo naturalizado. Nesse sentido, a concepção de democracia de Butler não abraça a unidade, e sim a dissonância, a discordância, ou, em outras palavras, o dissenso.